

# Planos de Saúde - Doenças e Respectivas Coberturas

As operadoras de planos de saúde estão perdendo argumentos para se recusarem a cobrir determinados tipos de tratamento aos seus segurados.

ASSUNTO LEGAL

De fato, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 668.216-SP, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que os planos de saúde podem decidir quais são as doenças que estão sendo cobertas, porém não lhes compete estabelecer o tratamento necessário para alcançar a respectiva cura.

O caso foi levado à apreciação daquela Corte pois a operadora do plano de saúde recusou-se a suportar as custas decorrentes de aplicações de quimioterapia, para tratamento de câncer, sob a alegação de que tal procedimento não estaria previsto no contrato firmado pelo paciente.

De acordo com o voto do Ministro Relator, o paciente já mantinha contrato de seguro de saúde antes da Lei nº 9656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, sendo que, com as alterações, o mesmo pôde optar entre manter-se no grupo cujo contrato previa o tratamento de câncer, ou migrar para outro que previa também a cobertura de tratamento quimioterápico. Como o segurado optou por manter-se no grupo antigo, entendeu a operadora de plano de saúde que o mesmo não teria direito à quimioterapia.

A prática adotada pela seguradora, contudo, foi rechaçada pelo Superior Tribunal de Justiça sob o entendimento de que a cobertura securitária da doença implica, por consequência, na cobertura do tratamento médico necessário à cura da respectiva moléstia.

Não há o que ser discutido acerca de tal decisão, pois, efetivamente, havendo a previsão de cobertura do tratamento para determinada doença, esta deve abarcar, de modo amplo, todos os métodos disponíveis a fim de assegurar ao paciente a melhor terapia de acordo com os preceitos da medicina.

Mas a quem cabe definir qual o melhor tratamento para a doença diagnosticada? É neste ponto que a decisão do STJ merece maior destaque, pois atribui ao médico a competência exclusiva para definir a terapia mais adequada ao paciente, sem sofrer qualquer tipo de ingerência ou restrição por parte das seguradoras no exercício da medicina.

Isso fica evidente no seguinte trecho extraído do voto do respeitado Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DI-REITO, relator do processo:

“Na verdade, se não fosse assim, estar-se-ia autorizando que a empresa se substituísse aos médicos na escolha da terapia adequada de acordo com o plano de cobertura do paciente. E isso, pelo menos na minha avaliação, é incongruente com o sistema de assistência à saúde, porquanto quem é senhor do tratamento é o especialista, ou seja, o médico que não pode ser impedido de escolher a alternativa que melhor convém à cura do paciente.” [destacamos]

Realmente, o Código de Ética Médica já dispõe sobre essa prerrogativa dos médicos acerca da indicação do procedimento adequado ao paciente, o que lhe

garante autonomia na definição do tratamento, havendo, inclusive, decisões do Conselho Federal de Medicina no sentido de que o médico deve exercer a profissão com ampla autonomia, cumprindo-lhe o dever de evitar que quaisquer restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho.

Por outro lado, a interpretação do Superior Tribunal entende que houve abusividade de cláusula contratual por impedir o paciente de receber o tratamento mais moderno e adequado à luz da ciência médica quando da detecção da patologia instalada. Constatando-se previsão de cobertura para uma doença específica, a operadora, à luz do que decidiu o Superior Tribunal de Justiça, deve suportar o tratamento eleito pelo profissional de saúde. Caso ainda assim haja a negativa em atender o contrato, deve ser proposta medida judicial, com fundamento no Código de Defesa do Consumidor, para obrigar a operadora a realizar a cobertura.

Em síntese, embora a seguradora possa estabelecer quais são as doenças cobertas pelo seguro, não pode negar ao segurado o acesso à terapia mais adequada à cura dessas moléstias, a qual será definida com autonomia e liberdade pelo médico, único responsável pela orientação terapêutica.

**Dra. Anna Lia Moscaleski** é advogada da área de direito administrativo da assessoria jurídica do CBR